



## CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

### ATA DA REUNIÃO DO DIA ONZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

1 Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, às 09h51, o Conselho de  
2 Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, no auditório do Parque  
3 Tecnológico, sob a presidência Professor João Ramos Torres de Mello Neto. Estavam  
4 presentes à Sessão o Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa, Felipe Siqueira  
5 de Souza da Rosa, a Superintendente Acadêmica de Pós-graduação Fernanda Carvalho  
6 de Queiroz Mello; a Superintendente Administrativa, Marilia Morais Lopes, os Conselheiros  
7 Docentes representantes dos Centros Universitários: Alexandre Guedes Torres (CCMN),  
8 Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Julie de Araujo Pires (CLA), Juliana Beatriz Almeida  
9 de Souza (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE), Liliane Magalhães Girardin  
10 Pimentel Furtado (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), Claudia Pinto Figueiredo (CCS),  
11 Verônica Maria Araujo Calado (CT), Marcelo Gomes Miguez (CT) e Márcio de Almeida  
12 D'Agosto (CT). Os Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos  
13 Renato Rezende Ventura, Eliane Guedes e Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho. Os  
14 representantes do Campus Duque de Caxias: Luisa Andrea Ketzer e Leonardo Maciel de  
15 Oliveira Pinto. Os representantes discentes: Natália Silva Trindade, André Luiz Amorim da  
16 Costa e Nalbert de Farias Araujo. O representante dos técnicos-administrativos: João  
17 Sérgio dos Santos Assis. O representante do Campus Macaé: Leonardo Maciel Moreira.  
18 Iniciou-se com o **Expediente**. **1-** O presidente abriu a reunião dando boas-vindas aos  
19 novos conselheiros representantes do CT, Márcio D'Agosto, Diego Saboya, o  
20 representante do campus de Duque de Caxias Leonardo Maciel e Maria Alice Duprat,  
21 representante do CLA, e, em seguida, convidou o Superintendente Felipe Rosa a fazer  
22 uso da palavra. **2-** O Superintendente relatou uma reunião realizada na véspera com  
23 representantes da PR5 e da nova Superintendência de Ações Afirmativas, Diversidade e  
24 Acessibilidade (SGAAD), na qual se discutiram alternativas para a incorporação de ações  
25 afirmativas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), apontando  
26 dados que demonstram significativa presença de estudantes pretos e pardos entre os  
27 bolsistas (aproximadamente trinta e oito por cento entre os que se autodeclararam),  
28 embora ainda abaixo da representatividade demográfica da população da UFRJ. Destacou  
29 o caráter promissor desse dado, mas indicou a necessidade de estratégias mais bem  
30 calibradas, a fim de evitar a imposição de barreiras artificiais, como cotas percentuais  
31 que, se mal calibradas, poderiam ter efeitos contraproducentes. Citou sugestão recebida  
32 de criar um sistema de pontuação adicional para candidatos autodeclarados pretos,  
33 pardos, indígenas ou pertencentes a outros grupos sub-representados. Enfatizou que as  
34 ações afirmativas raciais já se encontram em estágio mais avançado de maturação  
35 institucional na UFRJ, especialmente com a consolidação do mecanismo de  
36 heteroidentificação, diferentemente de outros segmentos como pessoas trans ou  
37 estudantes em situação de parentalidade, cujas discussões estão em estágios menos  
38 desenvolvidos. **3-** Na sequência, o conselheiro Renato Ventura informou sobre o edital  
39 aberto para recém-doutores da UFRJ (Edital ALV) e a necessidade de pareceres *ad hoc*,

40 pedindo aos conselheiros que entrem em contato com presidentes de Câmara ou  
41 indiquem especialistas de outras universidades, de modo a evitar a prorrogação do  
42 cronograma. **4-** A conselheira Natália Trindade saudou o Dia do Estudante e compartilhar  
43 a divulgação do dossiê Florestan Fernandes, elaborado pela Associação Nacional de Pós-  
44 Graduandos em parceria com o Centro de Memória da Juventude, destacando a defesa  
45 da concepção híbrida do pós-graduando como estudante, pesquisador e trabalhador da  
46 ciência. Enfatizou a importância do reconhecimento institucional desse papel e a  
47 necessidade de valorização da atividade intelectual, especialmente no que tange aos  
48 direitos previdenciários dos discentes. Passou-se a **Ordem do dia.** **2.1-** *Discussão sobre*  
49 *a Minuta de Resolução stricto sensu Acadêmico- Relator Fábio Freitas.* O presidente deu  
50 início ao debate sobre a minuta de Resolução do *stricto sensu*, conduzido pelo conselheiro  
51 Fábio Freitas, que retomou a discussão a partir do artigo trinta e nove, com sugestão de  
52 alteração ao artigo trinta e um. **2.1.1-** A conselheira Verônica Calado lembrou que  
53 proposta de inclusão havia sido feita pela conselheira Cláudia Rezende, a qual versava  
54 sobre o cancelamento da matrícula por motivo de má conduta científica. **2.1.2-** O  
55 conselheiro Marcelo Miguez apontou inconsistência no enquadramento da nova cláusula  
56 como inciso de artigo que trata de cancelamento automático, sugerindo a criação de novo  
57 artigo. **2.1.3-** O conselheiro Milton Campos indicou a necessidade de ampliar o termo  
58 “científico” para contemplar outras modalidades de programas, como os culturais e  
59 artísticos. **2.1.4-** A conselheira Julie Pires sugeriu a retirada do termo “automaticamente”  
60 do artigo, visto que, na prática, o cancelamento exige ação administrativa por parte do  
61 programa. **2.1.5-** A conselheira Ethel Pinheiro concordou com a necessidade de ajustar  
62 a terminologia, sugerindo que se mantivesse a redação que indica ação necessária do  
63 programa, sem implicar automatismo. O consenso foi alcançado para manter a proposta  
64 como inciso do artigo trinta e um, com redação adaptada e posterior encaminhamento  
65 do texto reformulado ao GT. **2.1.6-** Prosseguindo, foi discutido o artigo primeiro e a  
66 sugestão de criação de um parágrafo adicional para permitir o ingresso de discentes ainda  
67 não diplomados na graduação em programas de pós-graduação *stricto sensu*,  
68 especificamente no contexto do programa MD-PhD da Medicina. **2.1.7-** A  
69 Superintendente Fernanda Mello esclareceu que tal dispositivo é necessário para legitimar  
70 o ingresso antecipado desses alunos no doutorado. **2.1.8-** A conselheira Katia Bloch  
71 ressaltou que casos semelhantes ocorrem também em outras áreas, como no Instituto  
72 de Estudos em Saúde Coletiva (IESC), onde alunos do MD-PhD estão vinculados à pós-  
73 graduação em áreas distintas da sua formação inicial. **2.1.9-** A conselheira Verônica  
74 Calado reforçou que na Escola de Química já existe, desde dois mil e doze, um programa  
75 de integração entre graduação e pós-graduação, permitindo o ingresso de alunos no nono  
76 período. **2.1.10-** A conselheira Ethel Pinheiro propôs redação alternativa que confere  
77 autonomia aos programas para criar diretrizes próprias para o ingresso de graduandos,  
78 resguardando os dispositivos que exigem permanência mínima no curso (um ano para o  
79 mestrado, dois para o doutorado). **2.1.11-** O conselheiro Milton Campos sugeriu que o  
80 tema fosse discutido também com o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), diante das  
81 implicações curriculares e culturais entre diferentes unidades. O entendimento majoritário  
82 foi o de manter um texto genérico que permita tais iniciativas, sem restringi-las a áreas  
83 específicas, preservando a autonomia dos programas e suas articulações com os cursos  
84 de graduação. **2.1.12-** Em seguida, a conselheira Katia Bloch registrou que, na reunião  
85 de coordenadores do Centro de Ciências da Saúde, foram levantadas preocupações  
86 relativas aos artigos terceiro (parágrafo quinto), décimo terceiro (item “j”) e trigésimo  
87 sexto (parágrafo primeiro), envolvendo a criação de programas por centros, a regulação  
88 do credenciamento docente e a oferta de disciplinas híbridas. **2.1.13-** O conselheiro  
89 Fábio Freitas explicou que a criação de programas em unidades não acadêmicas está

90 vedada pelo Estatuto da UFRJ, sendo necessária sua revisão para viabilizar tais propostas.  
91 Quanto aos demais pontos, sugeriu o envio de contribuições ao GT. No debate sobre o  
92 artigo trigésimo nono, que trata da carga horária máxima por unidade de tempo, houve  
93 questionamentos sobre a redação do termo “atividade pedagógica” e sua distinção de  
94 disciplina. **2.1.14-** A conselheira Natália Trindade, membro do GT nacional sobre ensino  
95 híbrido da CAPES, sugeriu cautela na definição do termo, dado que esse será um ponto  
96 central na futura regulamentação do ensino híbrido no *stricto sensu*. **2.1.15-** O  
97 conselheiro Marcelo Miguez propôs restringir a norma às disciplinas, o que foi aceito como  
98 forma de resolver a questão da concentração de carga horária, sem entrar no mérito mais  
99 amplo das demais atividades pedagógicas, cuja discussão poderá ocorrer em outro  
100 dispositivo específico da Resolução. **2.1.16-** No artigo quadragésimo primeiro, que trata  
101 da orientação individualizada, a conselheira Ethel Pinheiro propôs a inclusão de um  
102 parágrafo que regulamente a designação de coorientador ou novo orientador em casos  
103 de afastamento do titular. **2.1.17-** A conselheira Natália Trindade reforçou a relevância  
104 do tema, destacando que a ausência de orientadores tem afetado a continuidade das  
105 pesquisas e a saúde mental dos discentes. **2.1.18-** O conselheiro Alexandre Guedes  
106 alertou para os limites da obrigatoriedade, sugerindo que o afastamento seja tratado  
107 como uma oportunidade de colaboração e não uma imposição. **2.1.19-** A conselheira  
108 Ethel Pinheiro contrapôs, afirmando que a responsabilidade administrativa e acadêmica  
109 precisa estar atribuída a alguém presente no programa, ainda que a orientação prossiga  
110 à distância. **2.1.20-** O conselheiro Leonardo Maciel defendeu que o próprio orientador  
111 seja responsável por indicar um substituto antes de se afastar, como parte do  
112 compromisso assumido com o discente. A proposta será debatida com o GT para redação  
113 adequada. **2.1.21-** O artigo quadragésimo segundo foi lido, com alteração no parágrafo  
114 primeiro para explicitar critérios de equivalência de notas entre instituições, visando  
115 facilitar a revalidação de diplomas. **2.1.22-** A conselheira Natália Trindade aproveitou a  
116 discussão do artigo quinquagésimo terceiro para propor a inclusão das línguas indígenas  
117 como possibilidade de redação de dissertações e teses, seguindo o exemplo de outras  
118 universidades. **2.1.23-** O conselheiro Fábio Freitas respondeu que a redação é flexível e  
119 que a proposta poderá ser avaliada posteriormente. **2.1.24-** No artigo quinquagésimo  
120 quarto, houve debate sobre a composição das bancas, com o conselheiro Marcelo Miguez  
121 questionando a obrigatoriedade de incluir um segundo membro do programa, o que,  
122 junto ao orientador, reduziria o espaço para membros externos. Defendeu que ao menos  
123 um membro seja externo à UFRJ, em consonância com as expectativas da CAPES.  
124 **2.1.25-** O conselheiro Milton Campos reforçou a proposta, argumentando pela adoção  
125 de práticas internacionais que vedam a presidência de bancas por orientadores. **2.1.26-**  
126 A conselheira Cláudia Figueiredo manifestou preocupação com a burocratização e  
127 defendeu a autonomia dos programas na escolha de bancas conforme suas realidades.  
128 O GT ficou encarregado de rediscutir o tema e apresentar nova redação. Passou-se à  
129 **2.2- Apresentação da Portaria CAPES Nº133 de 2023 sobre o acúmulo de bolsas.** A  
130 conselheira Verônica Calado expressou receio quanto ao impacto da flexibilização sobre  
131 a permanência dos discentes na universidade e a convivência acadêmica. **2.2.1-** A  
132 conselheira Ethel Pinheiro explicou que a nova norma diferencia entre a concessão e a  
133 manutenção da bolsa e permite o acúmulo desde que haja dedicação às atividades da  
134 pós-graduação. Propôs que a UFRJ estabeleça critérios internos para distribuição e  
135 manutenção das bolsas, com prioridade a estudantes em situação de vulnerabilidade ou  
136 sem vínculos empregatícios. **2.2.2-** O conselheiro Marcelo Miguez defendeu que o  
137 acúmulo é um reflexo da insuficiência do valor das bolsas, e que essa discussão deveria  
138 vir acompanhada da luta por sua valorização. **2.2.3-** A conselheira Juliana Beatriz  
139 lembrou que a Resolução de Ações Afirmativas já prevê prioridade para estudantes com

140 insuficiência econômica. **2.2.4-** A conselheira Natália Trindade apresentou a posição da  
141 APG, defendendo a flexibilização como um direito do pós-graduando, regularizando  
142 situações recorrentes de acúmulo informal. Destacou ainda a importância da assistência  
143 estudantil no nível da pós-graduação, o uso do orçamento específico da UFRJ para apoio  
144 financeiro e as implicações da portaria para programas de auxílio. **2.2.5-** A conselheira  
145 Cláudia Carvalho apontou as peculiaridades da área da Arqueologia, na qual a atividade  
146 profissional frequentemente exige deslocamentos temporários. **2.2.6-** A conselheira  
147 Katia Bloch trouxe casos em que discentes buscam o título apenas para fins de  
148 gratificação salarial, sem compromisso com a formação científica, o que, segundo ela,  
149 também merece atenção. **2.2.7-** O conselheiro Alexandre Guedes manifestou  
150 preocupação com o uso do dispositivo para favorecimento meritocrático e acúmulo de  
151 bolsas públicas. **2.2.8-** O Superintendente Felipe Rosa questionou se a Portaria também  
152 se aplicaria ao CNPq, e a conselheira Natália Trindade confirmou o entendimento conjunto  
153 da norma. Como encaminhamento, foi sugerido o levantamento das decisões já tomadas  
154 pelos programas sobre o tema, com apoio da APG, e posterior elaboração de diretrizes  
155 pelo CEPG. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, a sessão foi encerrada às  
156 12h05. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata  
157 que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professor João Ramos  
158 Torres de Mello Neto, e por mim.

159

160 Adriene Campelo do Amaral  
161 Secretária

João Ramos Torres de Mello Neto  
Presidente